



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



02 de julho de 2007

Vol. 2 No. 8

NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
Colapso do G-4	1
Membros da OMPI finalmente chegam a um acordo sobre a Agenda do Desenvolvimento	3
NOTÍCIAS REGIONAIS	4
Questões ambientais ganham destaque no Mercosul em junho	4
Cúpula do Mercosul e reunião do CMC debatem assimetrias do bloco	6
BREVES MULTILATERAIS	8
Tendências globais de investimentos em energia sustentável	8
Mercado orgânico global em ascensão: quais serão os benefícios para os PEDs?	8
BREVES REGIONAIS	9
Chile negocia aprofundamento do ACE 35 com Mercosul e procura solução conjunta com Venezuela	9
17ª Reunião Ordinária do Conselho Presidencial Andina termina com declaração genérica	10
EVENTOS	11
Fóruns Multilaterais	11
Fóruns Regionais	12
Outros Fóruns	12
INFORMAÇÕES ÚTEIS	12
FIQUE DE OLHO!	13

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Colapso do G-4

O encontro entre União Européia (UE), Estados Unidos da América (EUA), Brasil e Índia em Potsdam, Alemanha, que se realizaria entre 19 e 24 de junho, encerrou-se precocemente no dia 21 de junho devido à falta de consenso quanto aos cortes de tarifas industriais e subsídios agrícolas. Agora, as esperanças para a celebração de um acordo estão depositadas nos textos elaborados pelos presidentes dos grupos de negociação em Agricultura e Acesso a Mercado em Produtos Não Agrícolas (NAMA, sigla em inglês).

Os motivos da discórdia

De um lado, EUA e UE acusavam Brasil e Índia de não proporem novos cortes tarifários em NAMA, apesar das concessões oferecidas por aqueles em agricultura. Com efeito, comenta-se que os EUA concordaram em diminuir o gasto anual com subsídios agrícolas para US\$ 17 bilhões (a oferta anterior era de US\$ 22.5 bilhões). A UE, por sua vez, teria oferecido um corte entre 60% e 65% em suas tarifas agrícolas mais altas. Já em relação às tarifas industriais, UE e EUA pretendiam que os países em desenvolvimento (PEDs) aplicassem um coeficiente de 15 para a chamada "fórmula suíça", enquanto os países desenvolvidos (PDs) utilizariam um coeficiente de 10. UE e EUA consideraram insuficiente a proposta indiana e brasileira de reduzir o coeficiente dos PEDs de 35 para 30.

Por outro lado, Brasil e Índia consideraram que as propostas estadunidense de redução de subsídios agrícolas e europeia em acesso a mercados agrícolas não justificavam mudanças na posição dos PEDs em NAMA. Mais ainda, afirmaram que UE e EUA haviam chegado a um consenso bilateral em agricultura antes da reunião e que haviam articulado-se para exigir uma liberalização desproporcional dos PEDs em NAMA.

Brasil e Índia, apoiados pelos demais Membros do bloco NAMA-11 (Argentina, Egito, Indonésia, Namíbia, Filipinas, África do Sul, Tunísia e Venezuela), insistiram

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva "inscrição" e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

numa diferença de 25% entre os coeficientes aplicados por PEDs e PDs. Argumentaram, ainda, que as tarifas industriais por este aplicadas - embora baixas, na faixa de 4% - são substancialmente mais elevadas em setores em que os PEDs possuem alta competitividade, como têxteis, vestuário e calçados. Eles também argumentaram que o coeficiente de 10 ainda seria insuficiente para fazer convergir estes picos tarifários com as médias tarifárias dos outros produtos. Por fim, Brasil e Índia ressaltaram que o corte oferecido pela UE em suas tarifas agrícolas era entre 10% e 15% menor do que o desejado por ambos.

Tarifas consolidadas vs. tarifas aplicadas

Os argumentos apresentados pelos integrantes do G-4 assemelham-se entre si e refletem a tensão entre os padrões de negociação na OMC, que envolvem tetos tarifários, tarifas consolidada e a vontade dos governos de que seus parceiros comerciais implementem mudanças que vão além das políticas já existentes.

De um lado, Brasil e Índia possuem tetos tarifários para produtos industrializados que, majoritariamente, são mais altos do que as tarifas efetivamente cobradas. Segundo o secretariado da OMC, a média das tarifas industriais consolidadas da Índia aproxima-se dos 40%, mas o percentual médio aplicado é próximo dos 13%. Assim, um coeficiente de 30 reduziria a média das tarifas aplicadas apenas entre 4% e 8%. No entanto, a aplicação deste coeficiente implicaria em reduções de um quinto das linhas tarifárias indianas e de um quarto das linhas tarifárias brasileiras. Já um coeficiente de 15 exigiria que ambos reduzissem em mais de 60% a média das tarifas consolidadas e que a Índia reduzisse as tarifas aplicadas em 80%, aproximadamente, de todos os produtos manufaturados.

Por outro lado, o corte de 70% em medidas de apoio doméstico à agricultura que distorcem o comércio oferecido pela UE não supera as reformas já implementadas pelo bloco no setor. Além disso, o teto de US\$ 17 bilhões para subsídios agrícolas oferecido pelos EUA permitiria que este país aumentasse os gastos na área em mais de 50% (em 2006, os gastos alcançaram US\$ 10,8 bilhões). Recorda-se, ainda, que a maioria das verbas recebidas pelos agricultores dos PDs está fora do âmbito de negociação da OMC, pois enquadra-se nos subsídios da chamada "caixa verde" (que não afetam a produção e nem o comércio).

Desgaste do G-4 e proposta de meio termo em NAMA

O fracasso da reunião de Potsdam não significa, contudo, que a conclusão da Rodada Doha esteja comprometida. Especula-se que as delegações, na

verdade, desejavam livrar-se do processo de negociação do G-4, até porque muitos PEDs, mesmo antes da reunião de Potsdam, haviam manifestado sua insatisfação com as conversas confidenciais do grupo.

No dia 21 de junho, o G-90+ (coalizão formada pelo grupo África, Caribe e Pacífico, pelo grupo de países de menor desenvolvimento relativo, pelo grupo africano e por Bolívia Venezuela) divulgou declaração criticando a falta de transparência e representatividade do G-4. Argumentavam que Brasil e Índia, não possuíam mandato para negociar reduções nas tarifas industriais (embora tivessem mandato do G-20 para as negociações agrícolas).

Posteriormente, no dia 25 de junho, oito países da América Latina e da Ásia - muito dos quais membros do G-20 - circularam um texto informal na qual que sugeriam um possível meio termo nas negociações em NAMA.

Chile, Cingapura, Colômbia, Costa Rica, Hong Kong, México, Peru, e Tailândia defendiam que um acordo, ainda que imperfeito, superaria os custos e as perdas de oportunidades decorrentes de uma nova paralisação ou de um eventual fracasso da Rodada. Assim, sustentavam que o coeficiente dos PDs em NAMA fosse menor que 10 e que o dos PEDs fosse próximo dos 20%.

A proposta, no entanto, não implica em mudanças significativas para os próprios países que a apresentaram. Hong Kong e Cingapura já não impõem tarifas para as importações de produtos industrializados; Chile e Costa Rica já aplicam médias tarifárias relativamente baixas em NAMA; as importações de produtos industrializados oriundas dos EUA, principal parceiro comercial do México, já entram em território mexicano isentas de tarifas, em virtude do Acordo de Livre Comércio da América do Norte; Peru e Colômbia negociaram recentemente acordos comerciais com os EUA - embora ainda não estejam em vigor, tais acordos eliminarão substancialmente as tarifas de importação de produtos industrializados estadunidenses; por fim, a Tailândia possui acordos comerciais semelhantes com seus principais parceiros comerciais, China e Japão. Ainda assim, um coeficiente próximo de 20 obrigaria Peru, Colômbia e México a reduzirem substancialmente as tarifas aplicadas à importação de bens, em virtude da cláusula da nação mais favorecida, oriundos de parceiros comerciais como a China.

Próximos passos

Com o colapso do G-4, torna-se menos provável a obtenção de um consenso antes de agosto, fato que

seria necessário para que a Rodada fosse concluída no início de 2008 (antes que tivesse início a campanha eleitoral estadunidense).

As esperanças de chegar a um consenso concentram-se agora nos textos preparados pelos embaixadores Crawford Falconer e Don Stephenson, presidentes dos grupos de negociação em Agricultura e NAMA. A princípio, os textos seriam apresentados na semana passada, mas com o impasse nas negociações do G-4, sua divulgação foi adiada para daqui a duas semanas, a fim de que os ânimos - exaltados pelas divergências evidenciadas na reunião de Potsdam - acalmem-se.

Para que os textos apresentados sejam o ponto de partida para um acordo, Crawford Falconer e Don Stephenson precisarão especular quais seriam os termos de um possível consenso em assuntos que causam divergência entre os Membros.

Embora Crawford Falconer e Don Stephenson tenham afirmado que seus textos poderão ser revisados de acordo com as observações dos Membros, crescem os rumores de que, na hipótese de não haver consenso, o Diretor Geral da OMC possa, pessoalmente, elaborar um texto para quebrar o impasse. Chamada de "opção central", esta modalidade de negociação já foi utilizada, com êxito, em outra ocasião de crise nas negociações: em 1991, o então Diretor Geral do GATT, Arthur Dunkel, elaborou um esboço como última tentativa de superar o impasse das negociações da Rodada Uruguai.

Tradução e adaptação de artigo publicado originalmente em *Bridges Weekly Digest*, v. 11, n.23, 27 jun. 2007.

Membros da OMPI finalmente chegam a um acordo sobre a Agenda do Desenvolvimento

Os Membros da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) finalmente chegaram a um acordo sobre algumas reformas que irão garantir que o desenvolvimento seja o principal foco dos trabalhos da Organização.

Na quarta e última sessão do comitê responsável pelas negociações da Agenda do Desenvolvimento, realizada em Genebra de 11 a 15 de junho, representantes de 100 governos acordaram quanto a uma série de propostas que serão enviadas à Assembléia Geral de 2007, órgão superior de tomada de decisões da OMPI. Concordou-se também em criar um novo Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual.

Muitos delegados elogiaram a continuidade do espírito cooperativo que caracterizou a sessão do Comitê Provisional para Propostas Relacionadas à Agenda do Desenvolvimento da OMPI (PCDA, sigla em inglês) em fevereiro deste ano, quando foi possível concordar a respeito de uma série de recomendações iniciais. As 111 propostas de reforma, apresentadas ao longo dos últimos dois anos e meio, foram transformadas em recomendações, o que foi visto como um grande avanço em relação às divisões de um ano atrás.

As recomendações tratam de assuntos controversos, como o fornecimento de auxílio técnico por parte da OMPI e a ampliação do foco da Organização de modo a abranger assuntos como domínio público, competição e acesso ao conhecimento (A2K, sigla em inglês). Ao final da reunião, os Estados Unidos da América (EUA) declararam que as propostas, além de reforçarem o compromisso da OMPI quanto às necessidades dos países em desenvolvimento (PEDs), também reafirmam o claro mandato da Organização de promover a proteção da propriedade intelectual ao redor do mundo.

Brasil e Argentina propuseram uma Agenda do Desenvolvimento na Assembléia Geral da OMPI em 2004 (WO/GA/31/11), ocasião na qual tiveram o apoio de outros 13 países - Bolívia, Cuba, República Dominicana, Equador, Egito, Irã, Quênia, Peru, Serra Leoa, África do Sul, Tanzânia, Uruguai e Venezuela - e formaram o grupo "Amigos do Desenvolvimento".

Reunião foca-se nas propostas mais difíceis

A sessão final do PCDA teve por objetivo revisar 71 propostas e transformá-las em um documento que pudesse ser enviado à Assembléia Geral. Estas propostas são o resultado da reunião ocorrida em fevereiro, quando os delegados transformaram 40 das 111 propostas iniciais em 24 recomendações. As propostas atuais, contidas no "Anexo B" do documento preparado pelo então presidente da Assembléia Geral, o Embaixador Enrique Manalo, das Filipinas, tratam de assuntos controversos, como acesso ao conhecimento, competição e modelos colaborativos de inovação.

Presidente das negociações conduz o processo com sessões informais

O presidente do PCDA, embaixador Trevor Clarke, de Barbados, deu continuidade ao processo de negociações informais limitadas aos coordenadores regionais e a uma seleção representativa de delegações-chave, o que facilitou o avanço das negociações em fevereiro.

As propostas do Anexo B foram divididas em cinco categorias: (i) auxílio técnico; (ii) definição de normas, flexibilidades, políticas públicas e domínio público; (iii) transferência de tecnologia, tecnologia de informação e acesso ao conhecimento; (iv) avaliação; e (v) assuntos institucionais, o que inclui mandato e governança. Uma sexta categoria foi incorporada no preâmbulo das recomendações finais, esta para "outros assuntos". Cada grupo regional ficou responsável por uma categoria diferente e os coordenadores ficaram encarregados de preparar minutas de propostas, que foram a base das negociações.

O preâmbulo do texto que estabelece as recomendações pede o estabelecimento imediato de um Comitê para a Propriedade Intelectual e o Desenvolvimento. O Comitê Permanente para Cooperação e Desenvolvimento Relacionados à Propriedade Intelectual (PCIPD, sigla em inglês), no qual os EUA e países industrializados procuraram previamente inserir a Agenda do Desenvolvimento, deixará de existir. Os Amigos do Desenvolvimento receavam que o PCIPD poderia marginalizar o tema desenvolvimento na OMPI. O trabalho do PCDA foi concluído e uma reunião final será realizada antes da Assembléia Geral em setembro para aprovar o relatório do presidente das negociações e uma lista de propostas para implementação imediata.

A sociedade civil parece satisfeita com o resultado, que parecia inatingível há pouco tempo atrás. O delegado britânico Tom Goodwin afirmou que, mesmo que a OMPI não logre um novo mandato, o resultado alcançado deixa claro aos Membros e ao secretariado como o tema Propriedade Intelectual e desenvolvimento deverá ser conduzido. Goodwin notou que os Membros já haviam enfatizado a validade dos interesses de desenvolvimento e reconhecido que a OMPI necessita de novas estratégias para dedicar-se ao que ele chamou de "área emergente".

Goodwin também elogiou os esforços dos PEDs e de países desenvolvidos de engajarem-se antes e durante as sessões oficiais. Para ela, as reuniões informais ocorridas na Índia em fevereiro e em Cingapura neste mês, ajudaram a colocar as idéias em ordem antes do tempo previsto. A relação entre os Amigos do Desenvolvimento e o Grupo B de países industrializados melhorou significativamente. Goodwin afirma que um ingrediente que talvez tenha faltado antes foi a confiança.

Imediatamente após o acordo, os Membros perceberam como o trabalho será difícil para a OMPI e para seu novo Comitê de PI e Desenvolvimento. Os EUA, em particular, renovaram seus apelos de planos ambiciosos em matéria de harmonização substantiva

da lei de patentes, progresso que tem sido relacionado às negociações da Agenda do Desenvolvimento. Os PEDs, por sua vez, temem propostas neste sentido.

Tradução e adaptação de artigo publicado originalmente em *Bridges Weekly Digest*, v. 11, n. 22, 20 de junho de 2007.

NOTÍCIAS REGIONAIS

Questões ambientais ganham destaque no Mercosul em junho

Os debates sobre questões ambientais no Mercosul tiveram destaque no mês de junho. Entre os dias 19 e 21 realizou-se, em Assunção, Paraguai, a 41ª reunião ordinária do Sub-Grupo de Trabalho nº 6 de Meio Ambiente (SGT nº 6) e no dia 22 a cidade também foi sede da 6ª Reunião de Ministros do Meio Ambiente. Além disso, o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul (TPR) divulgou, no dia 8 de junho, novo laudo relativo à controvérsia entre Argentina e Uruguai sobre a importação de pneus reformados.

SGT nº 6 e reunião de ministros

O encontro do SGT nº 6 e a reunião de ministros discutiram diversos temas: projetos de cooperação e assistência técnica em matéria de qualidade do ar; situação do sistema de informação ambiental do Mercosul; gestão ambiental de substâncias e produtos químicos perigosos; estratégias contra a desertificação e a seca; mudanças climáticas; e, finalmente, planos de cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Especificamente, foram apresentados os resultados do Projeto Competitividade e Meio Ambiente - Fomento de Gestão Ambiental e de Produção Mais Limpa (CyMA, sigla em espanhol), primeiro projeto de cooperação técnica entre Mercosul e Alemanha, cujo objetivo é contribuir para que pequenas e médias empresas melhorem seu desempenho ambiental e incrementem sua competitividade por meio de gestão ambiental adequada e métodos de produção mais limpos e eficientes. Embora a conclusão do projeto esteja prevista para setembro deste ano, já foram apresentados resultados positivos, os quais deverão ser publicados em breve. Maiores informações sobre o projeto encontram-se disponíveis no site <www.mercosurgtz.org>.

Outro tema de discussão de ambas as reuniões foi a Política de Promoção e Cooperação em Matéria de Produção e Consumo Sustentáveis no Mercosul,

aprovada pelo Grupo Mercado Comum (GMC) durante sua 48ª reunião, ocorrida em 21 de junho (Projeto de Decisão para o Conselho de Mercado Comum n.º 09/07). Os integrantes do SGT n.º 6 ressaltaram a necessidade de financiamento para a implementação desta política. Os representantes da Argentina apresentaram uma proposta de programa piloto, que será remetida ao Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento das Instituições do Mercosul (FOCEM) - entidade responsável pelo financiamento do projeto. Concordou-se também com a adoção de um plano de trabalho, cuja elaboração deverá ser iniciada por um grupo ad hoc.

No que tange a bens e serviços ambientais, a delegação argentina, durante a reunião do SGT n.º 6, informou ter iniciado um processo de consulta interna sobre o parágrafo 31, item i, da Declaração Ministerial de Doha, que trata das relações entre os acordos multilaterais de meio ambiente e as normas da OMC sobre o assunto. A delegação do Brasil, por sua vez, apresentou os últimos avanços das negociações no âmbito do Comitê de Comércio e Meio Ambiente da OMC, especificamente no que tange aos itens i, ii e iii do parágrafo 31 da referida Declaração. Decidiu-se convocar uma reunião do grupo ad hoc no próximo semestre para debater o assunto.

O laudo do TPR

No dia 8 de junho o TPR publicou o laudo n.º 1/2007, que avaliou a proporcionalidade e razoabilidade na aplicação de medidas compensatórias pelo descumprimento de laudos arbitrais em solução de controvérsias entre os Países Membros do Mercosul. O pronunciamento em questão deu-se no âmbito da controvérsia entre Argentina e Uruguai sobre a proibição de importação de pneus reformados procedentes do Uruguai (laudo n.º 1/2005)

Em 2002, a Argentina havia proibido a importação de pneus reformados provenientes de dentro ou fora do Mercosul (lei 25.626). Poor entender que esta medida violava as normas do bloco, o Uruguai requisitou apreciação do caso por um tribunal arbitral ad hoc. O laudo arbitral de 2005 foi favorável à Argentina. Em seguida, o Uruguai recorreu ao TPR, que, por sua vez, revogou a decisão do tribunal ad hoc e determinou que a Argentina alterasse sua legislação e retirasse a proibição à importação de pneus reformados uruguaios. Devido à demora no cumprimento da referida decisão, o Uruguai decidiu aplicar medidas compensatórias e fixou, desde abril deste ano, uma taxa de 16% sobre as importações de pneus provenientes da Argentina. Inconformada, a Argentina apresentou pedido ao TPR para que este se

manifestasse sobre o possível excesso na aplicação das medidas compensatórias pelo Uruguai.

Trata-se da primeira manifestação do TPR sobre a proporcionalidade na aplicação de medidas compensatórias no bloco, o que levou este órgão a conceituar importantes fatores para o "cálculo" da razoabilidade de medidas compensatórias no Mercosul. O TPR considerou que os danos advindos do descumprimento de um laudo arbitral são muito mais extensos e afetam não apenas as relações comerciais entre os países do bloco, mas a própria credibilidade da organização. Assim, as medidas compensatórias aplicadas devem considerar a amplitude desses danos, podendo, portanto, ultrapassar meros danos comerciais. Com isto, o TPR entendeu não estar configurado o excesso na aplicação das referidas medidas na controvérsia em questão.

É importante ressaltar que o Brasil também já foi questionado pelo Uruguai por haver proibido a importação de pneus reformados dentro do bloco. Ao contrário do que ocorreu com a Argentina, porém, o Brasil perdeu a causa já no primeiro laudo do tribunal arbitral ad hoc (Laudo n.º 6, de 9 de janeiro de 2002).

Em virtude da impossibilidade de proibir a importação de pneus reformados do Uruguai, Brasil e Argentina passaram a discutir, desde o ano passado a implementação de uma política comum no âmbito do Mercosul sobre a importação de pneus usados. A finalidade desta política seria impedir que Uruguai e Paraguai importassem pneus usados de países externos ao bloco, os reformassem em seus territórios e os comercializassem com os demais países do bloco.

A discussão sobre a implementação de tal política deverá intensificar-se a partir de agora, em virtude da decisão do painel da OMC sobre o caso dos pneus (DS 332 - Brazil - Measures Affecting Imports of Retreated Tires), que considerou a proibição brasileira de importação de pneus reformados europeus incompatível com as normas do GATT (ver Pontes Quinzenal, v.2, n.7, 18 jun. 2007). Há até mesmo a possibilidade de criação de um grupo de trabalho ad hoc para debater a questão no Mercosul, mas nenhum passo em concreto foi dado nesse sentido.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Mercosul. Reunião de Ministros do Meio Ambiente. Ata da 6ª Reunião. 22 jun. 2007. Disponível em: <http://ambiente.mercosur.int/archivos/web/MERCOSUR/File/VI%20REUNION%20DE%20MINISTROS/Acta_reunion_ministros_VI.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2007.

Mercosul. Tribunal Permanente de Revisão. Laudo nº 01/2007 de 8 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/msweb/porta!%20intermediario/es/documentos/TPR%20Laudo%2001%20-%202007.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

Mercosul. XLI Reunião Ordinária do SubGrupo de Trabalho nº 6 de Meio Ambiente. Ata de reunião. Disponível em: <<http://ambiente.mercosur.int/archivos/web/MERCOSUR/File/Acta-XLI-Reunion-del-SGT6.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

Cúpula do Mercosul e reunião do CMC debatem assimetrias do bloco

Nos dias 28 e 29 de junho ocorreram em Assunção, Paraguai, respectivamente, a 33ª reunião do Conselho de Mercado Comum do Mercosul (CMC) e a Cúpula dos Presidentes do Mercosul e Estados Associados. Ambas as reuniões tiveram como destaque a discussão sobre a redução das assimetrias internas do bloco.

As decisões do CMC

No âmbito do CMC, foram aprovadas diversas Decisões que têm por objetivo beneficiar os chamados "sócios menores" do Mercosul (Paraguai e Uruguai). Neste contexto, destaca-se a criação de um Grupo de Alto Nível (GAN), que ficará encarregado de elaborar o Plano Estratégico para a Superação das Assimetrias do Mercosul, com base nas diretrizes anteriormente aprovadas para tanto (Decisão CMC nº 34/06). O GAN deverá encaminhar ao CMC um relatório detalhado de seus trabalhos, por ocasião de sua reunião extraordinária, em outubro deste ano; e, 15 dias antes da última reunião ordinária do CMC em 2007, o GAN deverá apresentar o projeto de Decisão para implementação do Plano. O Plano Estratégico para a Superação das Assimetrias do Mercosul deverá concentrar-se em quatro setores: ações para o desenvolvimento e integração de economias sem litoral marítimo; mecanismos de apoio à competitividade dos sócios menores; condições especiais de acesso a mercados intra e extrazona; e programas sociais.

A fim de combater as assimetrias, o CMC também aprovou a flexibilização do Regime de Origem do bloco, que eleva de 40% para 60% o percentual de componentes de terceiros países nos produtos paraguaios e uruguaios exportados para o Mercosul submetidos ao livre comércio e estende o prazo de vigência desta regra de 2012 para 2020.

Outra Decisão do CMC referente à redução das assimetrias diz respeito à extensão do prazo (de 31 de dezembro deste ano para 31 de dezembro do ano que vem) para que Paraguai e Uruguai apresentem suas listas de itens tarifários importados de terceiros países e que serão incluídos nos chamados Regimes Especiais Comuns de Importação. Tais regimes serão aplicados pelos Membros do Mercosul em substituição aos regimes aduaneiros especiais adotados unilateralmente pelos seus integrantes. Representam na prática, portanto, uma uniformização das exceções à Tarifa Externa Comum. Segundo a Decisão CMC 02/06, os setores que poderão ser submetidos a Regimes Especiais Comuns de Importação serão os seguintes: bens integrantes de projetos de investimento; ciência e tecnologia; comércio transfronteiriço terrestre; educação; indústria aeronáutica e naval; e saúde.

Ainda no âmbito da redução das assimetrias, o CMC e a Cúpula do Mercosul discutiram os projetos-piloto cujos financiamentos pelo Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) foram aprovados. Desde janeiro de 2007, foram aprovados 14 projetos, num total de mais de US\$ 90 milhões a serem investidos. Os projetos concentram-se nas áreas de habitação, transportes, incentivos à microempresa, biossegurança, capacitação tecnológica e temas sanitários. Destes 14 projetos, destaca-se o Projeto Mercosul Livre de Febre Aftosa, por se tratar do projeto de maior volume de recursos (US\$ 16.3 milhões, aproximadamente) e por ser o único a envolver todos os Membros do bloco (dos 13 projetos restantes, 6 são específicos do Paraguai, 5 do Uruguai e 2 da Secretaria do bloco). Criado em 2005, o FOCEM tem um orçamento de US\$ 125 milhões, dos quais 70% aportados pelo Brasil, 27% pela Argentina, 2% pelo Paraguai e 1% pelo Uruguai (ver Pontes Quinzenal, v.1, n. 14, 27 jul. 2007).

Quanto a outros temas discutidos, destaca-se a aprovação do Fundo para as Pequenas e Médias Empresas, cujo intuito é financiar projetos de integração produtiva entre as empresas desta natureza existentes no bloco. O Grupo de Mercado Comum (GMC) ficou encarregado de elaborar as normas relativas à constituição do Fundo até a próxima reunião ordinária do CMC. Além disso, o CMC aprovou a prorrogação do prazo para que o Grupo Ad Hoc encarregado da redação do Código Aduaneiro do Mercosul (Decisão CMC 25/06) cumpra suas funções. Desta forma, o referido Grupo deverá apresentar o projeto do Código ao GMC na primeira reunião deste no segundo semestre deste ano; e levá-lo à apreciação do CMC na última reunião ordinária deste no segundo semestre de 2007. Por fim, ressalta-se a criação do Sistema de Transações Comerciais em Moedas Locais, cujo objetivo é substituir o dólar estadunidense pelas

moedas nacionais nas relações comerciais intrabloco e, assim, reduzir os custos de transação e proteger as economias da região contra eventuais prejuízos decorrentes da desvalorização cambial do dólar. A implementação deste Sistema, no entanto, dependerá de convênios bilaterais a serem celebrados entre os Bancos Centrais dos países Membros do Mercosul.

A Cúpula

A Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados contou com a presença dos presidentes dos quatro Membros fundadores do bloco (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e dos presidentes de Bolívia, Chile e Equador, além de representantes do Parlamento do Mercosul. O presidente venezuelano, Hugo Chávez, não compareceu por estar em visita oficial de cinco dias à Rússia. Durante a Cúpula, o Paraguai transmitiu a Presidência Pro Tempore do bloco para o Uruguai, que a exercerá no segundo semestre deste ano.

Na Declaração emitida ao final da Cúpula, os Chefes de Estado do bloco congratularam-se pelas decisões adotadas no âmbito do CMC e abordaram outros assuntos, dentre os quais destaca-se o tema das negociações comerciais. Os presidentes reconheceram a importância das negociações comerciais com terceiros países na ampliação do acesso a mercados agrícolas para os Membros do Mercosul. No entanto, ressaltaram que a necessidade de se avançar nas negociações existe "na medida em que produzam (as negociações) resultados satisfatórios e equilibrados para os Estados Partes, em especial aquelas que beneficiem os países de menor desenvolvimento econômico relativo." Especificamente, ressaltaram "a importância de retomar brevemente as negociações birregionais" com a União Européia (UE) e que o acordo a ser celebrado com o bloco europeu "leve em consideração as demandas do Mercosul em matéria de flexibilidade e tratamento especial e diferenciado."

Ainda no tocante ao tema das negociações comerciais, a Declaração traz o apoio dos Membros (plenos e associados) do Mercosul à posição brasileira adotada na reunião do G-4, em Potsdam, Alemanha (para mais informações sobre a reunião do G-4, veja artigo relacionado neste número). Além disso, os presidentes sul americanos ressaltaram a necessidade de UE e Estados Unidos da América melhorarem suas ofertas, respectivamente, de redução de subsídios agrícolas e acesso a mercado agrícola.

Por fim, a Declaração enfatiza a incorporação do Uruguai ao projeto de criação do Banco do Sul e ressalta que tal projeto "constitui uma alternativa para construir uma nova arquitetura financeira sul

americana, que facilite o fortalecimento da integração e a conquista do desenvolvimento equitativo, harmônico e integral de nossos países."

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Argentina. Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto. Información para la Prensa n. 242/07. Taiana: la Argentina tiene "una clara decisión de profundizar la integración para combatir las asimetrías." 28 jun. 2007. Disponível em <<http://www.mrecic.gov.ar/portal/prensa/comunicado.php?buscar=2829&fecha=28/06/2007&numero=242/07&titulo=Taiana:%20la%20Argentina%20tiene%20una%20clara%20decisión%20de%20profundizar%20la%20integración%20para%20combatir%20las%20asimet>>. Acesso em: 1 jul. 2007.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Nota à imprensa n. 31. XXXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum e Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados - Assunção, Paraguai, 28 e 29 de junho de 2007. 27 jun. 2007. Disponível em <http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalle3.asp?ID_RELEASE=4489>. Acesso em: 1 jul. 2007.

Paraguai. Ministerio de Relaciones Exteriores. Comunicado Conjunto de los Presidentes de los Estados Partes del Mercosur. 29 jun. 2007. Disponível em <<http://www.mre.gov.py/dependencias/prensa/comunicados/listado.asp?codigo=118>>. Acesso em: 1 jul. 2007.

Mercosul. LXVIII Reunión Ordinaria del Grupo Mercado Comum. Acta nº 02/07. Disponível em <<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/index.htm>>. Acesso em: 2 jul. 2007.

Boletim Somos Mercosur. El Mercosur da un paso histórico y aprueba un plan estratégico para la superación de las asimetrías. 29 jun. 2007. Disponível em <<http://www.somosmercosur.org/?q=es/node/344>>. Acesso em: 1 jul. 2007.

BREVES MULTILATERAIS

Tendências globais de investimentos em energia sustentável

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em parceria com a New Energy Finance (empresa especializada na análise de mercados de investimento em energias renováveis), lançou, recentemente, relatório intitulado "Global trends in sustainable energy investment 2007".

O relatório analisa as principais questões e tendências globais relativas a investimentos em energias renováveis e eficiência energética. Segundo aponta o estudo, os investimentos em energias sustentáveis cresceram rápida e consideravelmente nos últimos anos, o que demonstra uma nova tendência dos fluxos de capital no setor de energia. Conforme dados apresentados no relatório, em 2006 os investimentos mundiais em energia sustentável chegaram a US\$ 70,9 bilhões - montante 43% maior, do que o registrado em 2005. Para 2007, prevê-se que os investimentos no setor alcancem US\$ 85 bilhões.

O relatório também apresenta o crescimento de cada tipo de investimento. Os investimentos em capital de risco e em private equity passaram a representar US\$ 7,1 bilhões em 2006 (ante os US\$ 2,7 bilhões de 2005). Da mesma forma, os investimentos em mercados públicos saltaram de US\$ 4,3 bilhões em 2005 para US\$ 10,3 bilhões em 2006. Os investimentos em novos ativos de energia renovável e em atividades de fusões e aquisições também aumentaram nesse período: 23% e 34%, respectivamente. Atualmente, 180 fundos de investimentos focados em energia sustentável administram US\$ 18 bilhões.

O estudo enfatiza, ainda, que as fontes renováveis são responsáveis pela produção de 2% da energia total mundial, mas somam cerca de 18% dos investimentos mundiais voltados para a geração de energia. Deste total, 38% destinam-se à energia eólica (setor de maior investimento dentre as energias sustentáveis), 26% aos biocombustíveis e 16% à energia solar.

O relatório aponta que existe concentração de investimentos por região: os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) são os maiores receptores dos fluxos de capital em energia sustentável, principalmente os Estados Unidos da América (EUA) e a União Européia (UE). Os tipos de investimentos destinados a esses países, porém, variam. Os EUA recebem investimentos em capital de risco e em private equity enquanto a indústria européia atrai investimentos mais

significativos de mercados públicos, o que demonstra maior maturidade das empresas européias.

Não obstante a presença de investimentos continue a ser mais forte nos países da OCDE, percebe-se uma mudança nos fluxos de capital, que passam a ser direcionados cada vez mais aos países em desenvolvimento. Nesse sentido, o relatório ainda apresenta um estudo específico dos mercados de energia sustentável na China, Índia, Brasil (os três maiores mercados de energias sustentáveis entre os países em desenvolvimento) e na África. O estudo considera o mercado brasileiro de energias renováveis o maior do mundo no setor, o que se deve principalmente ao desempenho da indústria de bioetanol, cuja produção o Brasil lidera. Prevê-se, ainda, um crescimento no mercado de energia eólica. Embora os investimentos privados em energias renováveis no Brasil sejam pequenos, acredita-se que o avanço tecnológico neste setor, resultante de políticas governamentais sólidas na área, possa contribuir para uma mudança na tendência dos investimentos privados no Brasil.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

PNUMA. Global Trends in Sustainable Energy Investment 2007. Disponível em <http://www.unep.org/pdf/SEFI_report-GlobalTrendsInSustainableEnergyInvestment07.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2007.

Mercado orgânico global em ascensão: quais serão os benefícios para os PEDs?

Recentemente a União Européia (UE) introduziu uma estratégia que padroniza as etiquetas que identificam alimentos orgânicos e o leste da África adotou um padrão orgânico comum para a região. Paralelamente, o Reino Unido fomenta acalorado debate sobre os impactos ambientais de produtos agrícolas que necessitam de frete aéreo. Esta discussão contrapõe interesses que defendem (por criar novas oportunidades comerciais) e atacam (por trazer conseqüências ambientais) a questão.

Estratégia da UE simplifica a entrada de produtos no mercado

O mercado orgânico da UE é caracterizado por uma miscelânea de padrões privados e nacionais. Em 12 de junho, o Conselho de Agricultura da UE adotou uma nova regulamentação para a produção orgânica e etiquetagem, que deverá ser aplicada tanto aos

produtos internos quanto às importações. A estratégia da UE uniformiza uma área comercial que se encontra em rápida expansão, mas não impede o uso paralelo de etiquetas industriais nacionais, que podem até ser mais rigorosas. Os exportadores que procuram entrar no mercado europeu devem aderir aos mesmos critérios ao etiquetar seus produtos como orgânicos. A etiqueta também deve trazer informações sobre a origem do produto.

De acordo com as novas regras de etiquetagem orgânica, 95% do produto deve ser organicamente produzido. No que tange produtos que trazem conteúdos geneticamente modificados (GM), as regras permitem a presença de 0.9% de material "acidental". Consumidores e ativistas ambientais opuseram-se a esta permissibilidade e defenderam uma política de tolerância zero. O padrão utilizado em estratégias privadas é de um limite de 0.1%, o nível mais baixo que se pode identificar material GM.

Lançamento de novo padrão orgânico no leste da África

O Primeiro Ministro da Tanzânia, Edward Lowassa, lançou um novo padrão orgânico para o leste da África em maio passado. Este padrão foi desenvolvido por uma coalizão que incluiu organizações da ONU e a Federação Internacional de Movimentos Agrícolas Orgânicos (IFOAM, sigla em inglês). Depois da UE, esta região africana é agora a segunda no mundo a adotar um padrão uniforme. Os países do leste africano desejam participar mais ativamente deste valioso e crescente nicho do mercado global. Edward Lowassa explica que é preciso aumentar a instrução e a sensibilização dos fazendeiros, para que eles percebam que o cultivo orgânico é economicamente positivo. Além disso, explica ele, a agricultura orgânica é uma oportunidade vital para a criação de negócios e riqueza que contribui com a redução da pobreza.

Angela Caudle, diretora executiva da IFOAM, concorda que os produtores do leste africanos estão "estrategicamente posicionados" para aproveitar as vantagens dos mercados orgânicos mundo afora. Herve Bouagnimbeck, coordenador do escritório da IFOAM na África, acrescentou que a união das entidades públicas e privadas para o desenvolvimento sistemático da agricultura orgânica no leste da África é um modelo de desenvolvimento sustentável a ser contemplado e seguido pelo resto do mundo.

Com o desenvolvimento de uma forte etiqueta regional, os países do leste africanos ganham reconhecimento de seus produtos orgânicos e buscam influenciar as entidades internacionais que estabelecem os padrões

para produtos orgânicos. Muitos países em desenvolvimento (PEDs) vêem os padrões orgânicos como uma oportunidade, mas enfrentam desafios para conseguir atingi-los, especialmente se os padrões são desenvolvidos sem sua participação.

Debate sobre "milhas de alimento" e agricultura orgânica continua

Enquanto isto, o debate sobre os rastros de carbono deixados por alimentos importados pode apresentar problemas às estratégias de padrões orgânicos do leste da África. O conceito de "milhas de alimento" - ou seja, o impacto gerado pelo transporte de alimentos do produtor ao consumidor - gerou campanhas que incentivam a compra de produtos locais. Os produtos que utilizam transporte aéreo impactam mais: as emissões de carbono advindas de transporte aéreo são de 40 a 200 vezes maiores do que as emissões de bens enviados pelo mar ou por estradas.

Bill Vorley, do Instituto Internacional para o Meio Ambiente e para o Desenvolvimento, com sede no Reino Unido, advertiu os consumidores em relação à rejeição de alimentos importados de PEDs por motivos climáticos. Ele ressaltou que os benefícios econômicos e sociais destas exportações são significativos para os produtores, localizados, em sua grande maioria, nos países que mais sofrerão com as mudanças climáticas sem terem contribuído com elas. Ele também afirma que os consumidores de países desenvolvidos deveriam focar suas tendências de consumo em todas as outras maneiras de contribuir com o meio ambiente, como a redução de energia ou de vôos turísticos.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Trade Biores* vol. 7, n. 12, 22 June 2007.

BREVES REGIONAIS

Chile negocia aprofundamento do ACE 35 com Mercosul e procura solução conjunta com Venezuela

Nos dias 14 e 15 de junho, autoridades chilenas reuniram-se com representantes do Mercosul para aprofundar suas relações comerciais no setor de serviços, no âmbito do Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE 35). Ao mesmo tempo, juntamente com diversos setores exportadores, o Chile analisou a situação atual de suas relações comerciais

com a Venezuela, tendo em vista as medidas adotadas pelo governo deste país.

Os setores que se beneficiariam do aprofundamento do ACE 35 são, dentre outros, o turismo, o comércio varejista, os transportes e os serviços tecnológicos e profissionais. Para o governo chileno, este aprofundamento é interessante, pois o país já manifestou intenção de concentrar seus esforços no mercado latino-americano e também porque 98% dos bens exportados para os Países Membros do Mercosul já ingressam com tarifa zero.

O ACE 35 é um instrumento que está em vigor entre Chile e Mercosul desde 1996. Iniciado em outubro deste mesmo ano, o processo de liberalização de 90% dos produtos foi finalizado em janeiro de 2004. Prevê-se que até 2014 a liberalização esteja completa. Embora o ACE 35 estabeleça um mecanismo progressivo e automático de desgravação anual, as partes podem acelerar os cronogramas estabelecidos por meio de protocolos adicionais ao Acordo.

Quanto ao comércio entre Chile e Venezuela, representantes chilenos realizaram reuniões com diversos setores exportadores, com a finalidade de analisar as medidas venezuelanas relativas a licenças de importação. Com isto, o governo do Chile pretende conhecer a posição dos empresários exportadores chilenos para, assim, implementar ações conjuntas que permitam a superação deste obstáculo, que, segundo o governo chileno, afeta cerca de 40% das exportações do país para a Venezuela.

As medidas questionadas pelo Chile estão previstas na Resolução nº 33 do Ministério da Alimentação da Venezuela, de 28 de fevereiro deste ano, por meio da qual o governo venezuelano pretende controlar as importações e a entrada de divisas. O Chile não é o primeiro país a reclamar dos prejuízos resultantes da implementação das medidas. Setores exportadores da Costa Rica e da Bolívia (como o Instituto de Comércio Exterior da Bolívia), já expressaram seu descontentamento e declararam que a Venezuela impõe barreiras injustificadas ao comércio (ver Puentes Quincenal v. 4, n. 10, 29 mai. 2007 e Puentes Quincenal, v. 4, n. 6, 3 abr. 2007).

A balança comercial entre ambos os países é superavitária para o Chile: em 2006, o país exportou US\$ 492 milhões para a Venezuela e importou US\$ 202 milhões deste país.

Tradução e adaptação de artigo publicado originalmente em *Puentes Quincenal*, v. 4, n.12, 26 jun. 2007.

17ª Reunião Ordinária do Conselho Presidencial Andina termina com declaração genérica

No dia 15 de junho, os presidentes dos países integrantes da Comunidade Andina de Nações (CAN) assinaram a Declaração de Tarija, documento que lista as decisões tomadas pelo bloco andino nos dias anteriores à Cúpula.

A Declaração ressalta a importância das decisões 666 e 667 do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da CAN. Estas decisões tratam, respectivamente, do retorno do Chile ao bloco enquanto Membro associado e do lançamento das negociações entre CAN e União Européia (UE) (ver Pontes Quinzenal, v.2, n.7, 18 jun. 2007). A Declaração também menciona a proteção ao meio ambiente e o uso sustentável da biodiversidade - à luz do conceito de responsabilidade comum mas diferenciada - como objetivos da CAN. Os temas, contudo, já haviam sido abordados durante a Cúpula de Ministros do Meio Ambiente do bloco (ver Puentes Quincenal, v.4, n.11, 12 jun. 2007).

Discutiu-se também o apoio a uma maior aproximação da Venezuela, com a finalidade de viabilizar sua reincorporação à CAN. O fato, no entanto, não foi mencionado na Declaração de Tarija. Álvaro Uribe, presidente da Colômbia (que assume a Presidência Pro Tempore da CAN), foi mais além e sugeriu a elaboração de uma norma que concilie as escolhas da Venezuela com os interesses da CAN, a fim de que nem aquela nem esta sintam-se limitadas. Álvaro Uribe está confiante de que a UE irá reconheça as diferenças entre os Membros da CAN de modo a conduzir as negociações com cada países do bloco andino de modo diferenciado.

Antes de transmitir a Presidência Pro Tempore, o presidente boliviano Evo Morales reafirmou sua posição quanto aos direitos sobre recursos hídricos e defendeu a convocação de um referendo andino. Evo Morales abordou, ainda, os direitos de propriedade intelectual sobre plantas e animais e os investimentos que a Bolívia pretende realizar no futuro. Ele também considerou que a unidade interna da CAN é essencial para que o bloco alcance objetivos no âmbito externo, como o abrandamento de restrições para migrantes sul americanos na Europa e a ampliação das preferências tarifárias outorgadas pelos Estados Unidos da América (EUA). Segundo Evo Morales, a Lei de Promoção Andina e o Controle de Tráfego de Drogas representam

a cota de responsabilidade estadunidense no combate ao narcotráfico.

Em mensagem escrita pela Comissária Europeia para Relações Externas, Benita Ferrero Waldner, a UE deixou clara sua posição quanto a uma negociação diferenciada para cada país da CAN. Segundo a Comissária, as assimetrias - tanto inter-regionais quanto internas - serão levadas em consideração, de maneira adequada, em momento oportuno.

O Secretário Geral da CAN, Freddy Ehlers, referiu-se à próxima reunião da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês), que ocorrerá em Lima, Peru. Nesta ocasião, a CAN buscará a incorporação do Equador e da Colômbia à organização. Freddy Ehlers também expressou o desejo de que México e Panamá tornem-se Membros associados do bloco.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, v. 4, n.12, 26 jun. 2007.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

04 de julho

Reunião do Grupo de Trabalho em Comércio e Transferência de Tecnologia
Reunião do Grupo de Trabalho sobre regras do GATS

05 e 06 de julho

Reunião do Comitê sobre Barreiras Técnicas ao Comércio

09 de julho

Reunião do Conselho sobre Comércio de Bens

09 a 11 de julho

Reunião do Grupo de Negociações sobre as Normas da OMC

10 a 12 de julho

Workshop sobre os Acordos da OMC sobre Contratações Públicas

10 e 11 de julho

Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento

16 de julho

Reunião do Grupo de Negociações em Facilitação do Comércio

UNCTAD

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=5&frmYear=2007&frmNoOfMonths=1&Action=Do+search&intlItemID=2068&lang=1&year=2004&month=10&day=1>>.

04 a 06 de julho

Curso de treinamento sobre questões da agenda econômica internacional
Local: Lima, Peru.

06 de julho

Seminário sobre transparência no faturamento e extração de recursos naturais
Local: Genebra, Suíça.

09 a 11 de julho

48ª Sessão do Grupo de Trabalho sobre planos a médio prazo e o programa orçamentário
Local: Genebra, Suíça.

09 a 12 de julho

Workshop de alto nível sobre os principais desafios do sistema internacional de comércio
Local: Bangladesh, Ásia.

17 a 19 de julho

Grupo intergovernamental de especialistas em direito e política concorrenciais
Local: Genebra, Suíça.

Banco Mundial

Informações:

<<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,enableDHL:TRUE~HIPK:961926~menuPK:34482~pagePK:34380~piPK:34428~theSitePK:4607,00.html>>.

07 a 08 de julho

Conferência sobre o uso de métodos qualitativos e quantitativos de análise da pobreza no processo decisório
Local: Hanoi, Vietnã.

ONU

Informações: <<http://www.un.org/esa/meeting.htm>>.

02 a 06 de julho
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comunicações
do Comitê de Direitos Humanos
Local: Genebra, Suíça.

02 a 27 de julho
Sessão Substantiva do Conselho Econômico e Social
Local: Genebra, Suíça.

09 a 27 de julho
90ª Sessão do Comitê de Direitos Humanos
Local: Genebra, Suíça.

Convenção sobre Diversidade Biológica

Informações:
<<http://www.cbd.int/meetings/default.shtml>>.
Local: Paris, França.

02 a 06 de julho
12ª reunião do órgão subsidiário sobre consultoria
científica, técnica e tecnológica (SBTTA-12)

08 de julho
COP-8 Reunião do bureau

09 a 13 de julho
2ª Reunião do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre a
revisão da implementação da Convenção

Fóruns Regionais

CEPAL

Informações:
<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>.
Local: Santiago, Chile.

04 de julho
Seminário sobre fluxos migratórios e assistência social

10 de julho
Seminário "Aumentando as respostas às mudanças
climáticas na América Latina e no Caribe"

11 de julho
Mesa redonda "Oportunidades e desafios da dinâmica
da população chilena para o século XXI"

Outros Fóruns

OCDE

Informações:
<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

04 e 06 de julho
Workshop sobre eficiência energética e redes digitais
Local: Paris, França.

06 a 08 de julho
Conferência "Quais capitalismos para o século XXI?:
um novo mundo"
Local: Aix-en-Provence, França.

09 a 11 de julho
Fórum global sobre migração internacional e
desenvolvimento
Local: Bruxelas, Bélgica.

10 a 12 de julho
Workshop sobre a construção da economia de
hidrogênio: permitindo o desenvolvimento de infra-
estrutura
Local: Paris, França.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Divulgação de relatórios e artigos

OMC - tarifas comerciais

A OMC, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e o Centro de Comércio Internacional (ITC, sigla em inglês) publicaram relatório intitulado World Tariff Profiles, que permite o acesso a informações detalhadas sobre tarifas comerciais aplicadas e sobre compromissos assumidos pelos membros da OMC no âmbito do comércio internacional.

O documento encontra-se disponível em:
<http://www.wto.org/english/tratop_e/tariffs_e/tariff_profiles_2006_e/tariff_profiles_2006_e.pdf>.

Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes

Está disponível o relatório da terceira conferência das partes (COP-3) da Convenção de Estocolmo sobre poluentes orgânicos persistentes, ocorrida entre os dias 30 de abril e 4 de maio deste ano.

Para consultá-lo, acesse:
<[http://www.pops.int/documents/meetings/cop_3/meeti
ngdocs/report/default.htm](http://www.pops.int/documents/meetings/cop_3/meeti
ngdocs/report/default.htm)>.

Organização Internacional da Madeira Tropical

A Organização Internacional da Madeira Tropical publicou relatório anual, que contém informações e previsões sobre a produção e a comercialização de produtos de florestas tropicais e a situação destas nos territórios dos Países Membros da organização. O relatório pode ser acessado em:
<http://www.itto.or.jp/live/Live_Server/400/EAR-06.pdf>.

11ª Sessão da Comissão sobre Recursos Genéticos da FAO

De 11 a 15 de junho ocorreu a 11ª sessão regular da Comissão sobre Recursos Genéticos para Alimentos e para a Agricultura (CGRFA-11, sigla em inglês), no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês). A CGRFA-11 discutiu, dentre outras questões, a elaboração de uma minuta de um código de conduta em biotecnologia.

O Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD, sigla em inglês) elaborou relatório sobre o evento, que pode ser acessado em:
<[http://www.iisd.ca/biodiv/cgrfa11/html/ymbvol142num1
e.html](http://www.iisd.ca/biodiv/cgrfa11/html/ymbvol142num1
e.html)>.

Impactos da globalização no desenvolvimento

Foi publicado o livro "Transmission Mechanisms", de Machiko Nissanke e Erik Thorbecke, que analisa os vários canais e mecanismos de transmissão (tais como maior abertura ao comércio e aos investimentos estrangeiros, crescimento econômico, efeitos na distribuição de renda, transferência de tecnologia e migração de trabalhadores) por meio dos quais o processo de globalização afeta as diferentes dimensões da pobreza nos países em desenvolvimento.

Um resumo da pesquisa, conduzida pelo Instituto Mundial de Pesquisa em Economia da Universidade das Nações Unidas, encontra-se disponível em:
<[http://topics.developmentgateway.org/environment/rc/f
iledownload.do?itemId=1104240](http://topics.developmentgateway.org/environment/rc/f
iledownload.do?itemId=1104240)>.

Comércio e meio ambiente

Um estudo realizado por Adil Najam, Mark Halle e Ricardo Meléndez-Ortiz traz informações e análises sobre temas de comércio e meio ambiente. O trabalho, intitulado Trade and Environment: a resource book,

pode ser encontrado na íntegra em:
<http://www.iisd.org/pdf/2007/trade_and_env.pdf>.

Governança ambiental

No dia 14 de junho, os co-presidentes da Assembléia Geral da ONU, Claude Heller (México) e Peter Maurer (Suíça), apresentaram propostas para fortalecer a governança internacional do meio ambiente, que serão consultadas por demais delegações nas próximas semanas. Prevê-se a realização de uma reunião da Assembléia Geral no início de setembro para discutir o tema. A proposta encontra-se disponível em:
<[http://www.un.org/ga/president/61/follow-
up/environment/EG-OptionsPaper.PDF](http://www.un.org/ga/president/61/follow-
up/environment/EG-OptionsPaper.PDF)>.

Fórum virtual: solução de controvérsias na OMC e reformas para o século XXI

Assista aos Professores William Davey e John Jackson, da Faculdade de Direito da Universidade de Illinois e do Centro de Direito da Universidade de Georgetown, respectivamente, debaterem o sistema de solução de controvérsias da OMC e possíveis reformas para o século XXI, no fórum virtual da OMC:<[http://www.wto.org/english/forums_e/debates_e/
debate1_e.htm](http://www.wto.org/english/forums_e/debates_e/
debate1_e.htm)>.

FIQUE DE OLHO!

Solução de Controvérsias

Substituição de membros do Órgão de Apelação da OMC

O Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC inicia processo seletivo para substituir alguns dos atuais membros do Órgão de Apelação, cujos mandatos terminam em dezembro deste ano e maio de 2008. As indicações de candidatos deverão ser entregues pelos Membros ao Comitê de Seleção até 31 de agosto. O Comitê de Seleção fará suas recomendações ao OSC até 5 de novembro, para que este tome sua decisão em sua reunião de 19 de novembro.

Novartis x Índia

Iniciou-se, em 18 de junho, o último capítulo da apreciação do caso da empresa farmacêutica suíça Novartis contra o sistema de propriedade intelectual da Índia. O caso encontra-se agora no Indian Patent and Trademark Appellate Board (IPAB).

Maiores informações sobre o caso encontram-se disponíveis em: <<http://www.ip-watch.org/weblog/index.php?p=657&res=1024>>.

Acordo de Livre Comércio Colômbia-EUA

O congresso colombiano aprovou o tratado de livre comércio com os Estados Unidos da América (EUA) sem a presença dos partidos da oposição. Agora, para que o tratado entre em vigor, deverá ser aprovado no congresso dos EUA. Na Colômbia a aprovação do acordo ainda será analisada pela Corte Constitucional para que o texto do acordo seja, então, enviado para sanção presidencial. Maiores informações disponíveis em: <<http://www.sela.org/sela/prensa.asp?step=3&id=10506>>.

Redução de taxas de patentes

Os Estados Unidos da América (EUA) propuseram um corte nas taxas de patentes perante a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). Objetivase, com isso, ressuscitar o debate sobre harmonização de patentes e possíveis impropriedades na Organização. Para maiores informações, acesse: <<http://www.ip-watch.org/weblog/index.php?p=663&res=1024&print=>>>.

Produção e consumo sustentáveis

De 26 a 29 de junho ocorreu em Estocolmo, Suécia, a 3ª reunião internacional sobre Produção e Consumo Sustentáveis.

Informações e documentos encontram-se disponíveis em: <<http://www.un.org/esa/sustdev/sdissues/consumption/Marrakech/conprod10Ystockholm.htm>>.

Convenção sobre Direito do Mar

Entre os dias 18 e 22 de junho, ocorreu a 7ª reunião dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar. Maiores informações em: <http://www.un.org/Depts/los/meeting_states_parties/forthcomingmeetingtatesparties.htm>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em: http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

